

## O DIREITO SUCESSÓRIO NA ERA DIGITAL: A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DIGITAL

### Autor(res)

Djamere De Sousa Braga Leite  
Odília Ribeiro De Lima Guimarães  
Kaline Ivo De Lima Soares  
Andrea Patrícia Moura De Lima Noronha

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE PITÁGORAS UNOPAR DE JOÃO PESSOA

### Introdução

O avanço tecnológico introduziu novos bens ao universo sucessório, como criptomoedas, arquivos em nuvem e perfis em redes sociais. Esses ativos, muitas vezes de valor existencial e patrimonial, carecem de regulamentação clara no ordenamento jurídico brasileiro, gerando insegurança quanto à sua transmissão após a morte do titular (FOBE, 2016). A sucessão desses bens é algo novo e desafiador aos modelos tradicionais do direito civil, e ainda não regulamentam plenamente a herança digital. A ausência de diretrizes normativas e conflitos com as políticas de privacidade das plataformas digitais dificultam o acesso dos herdeiros, tão quanto a eficácia da sucessão. O presente estudo se propõe a investigar como a legislação brasileira pode avançar no reconhecimento desses patrimônios, propondo mecanismos como testamentos digitais e cláusulas específicas em contratos de prestação de serviços. O objetivo é garantir aos herdeiros a efetiva sucessão e, ao falecido, o respeito à sua última vontade.

### Objetivo

Examinar como os bens digitais, em ênfase os de caráter existencial, podem ser incorporados à herança no Brasil. A pesquisa busca apontar lacunas normativas, os entraves jurídicos envolvendo plataformas digitais e propor soluções como testamentos digitais, cláusulas contratuais e reforma legislativa, garantindo uma sucessão digital segura.

### Material e Métodos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados artigos científicos, doutrinas jurídicas, legislações nacionais e internacionais, além de jurisprudências sobre a sucessão de bens digitais. A pesquisa focou na interpretação dos dispositivos legais existentes e na análise comparativa de ordenamentos jurídicos que já regulamentam a herança digital.

Além disso, identificaram-se os desafios enfrentados pelos herdeiros no acesso e administração desses bens, considerando contratos de plataformas digitais e o direito à privacidade post mortem. A abordagem adotada permitiu um exame crítico sobre a necessidade de normatização do tema no Brasil, propondo soluções jurídicas para garantir a segurança na transmissão do patrimônio digital.



### Resultados e Discussão

O estudo evidenciou que a ausência de regulamentação específica sobre a sucessão de bens digitais no Brasil gera insegurança jurídica e conflitos entre herdeiros, especialmente devido às restrições impostas pelos termos de serviço de plataformas digitais como Google e Facebook. A inexistência de disposições expressas no Código Civil compromete a proteção dos direitos sucessórios e da privacidade post mortem.

No cenário internacional, países como os Estados Unidos adotaram o Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act (UFADAA), permitindo o acesso dos herdeiros aos bens digitais mediante autorização expressa, o que pode servir de referência para o Brasil. A inclusão de cláusulas sucessórias em contratos digitais e o uso de testamentos digitais surgem como alternativas viáveis para mitigar desafios na sucessão digital. A criação de mecanismos legais específicos contribuiria para a segurança jurídica e para a proteção dos direitos dos sucessores e da privacidade do titular falecido.

### Conclusão

O patrimônio digital deve ser inteirado ao direito sucessório brasileiro. A ausência de normas claras compromete a segurança jurídica e os direitos dos herdeiros, sobretudo em relação a bens de caráter existencial. A adoção de testamentos digitais, aliada à atualização legislativa, é fundamental para garantir a sucessão legítima dos ativos digitais, conciliando direitos da personalidade, privacidade e continuidade patrimonial na era digital.

### Referências

- FOBE, Nicole Julie. O bitcoin como moeda paralela – uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos. São Paulo: Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2016, p. 53.
- VALADARES, Maria Goreth Macedo; COELHO, Thais Câmara M. Fernandes. Aspectos Processuais Relacionados à Herança Digital. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; LEAL, Livia Teixeira (Coords.). Herança Digital: Controvérsias e Alternativas. Indaiatuba: Foco, 2021.
- VASCONCELOS, N. de P.; SOUZA, C. B. C. Herança digital no direito sucessório. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 6, p. 4333–4351, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i6.14755.
- ZAMPIER, Bruno. Bens Digitais. Rio de Janeiro: Editora Foco, 2024